

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO
GRANDE DO NORTE**

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN

JOSÉ GENILSON OLIVEIRA DE SOUZA

NATAL / RN

2009

JOSÉ GENILSON OLIVEIRA DE SOUZA

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN

Monografia apresentada ao Curso de Administração, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Aluísio Alberto Dantas (Msc.)

Natal / RN

2009

JOSÉ GENILSON OLIVEIRA DE SOUZA

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN

Monografia apresentada e aprovada em ____ de _____ de _____, pela
Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Alúcio Alberto Dantas – Orientador

Prof. Alcyr Veras da Silva - Membro Examinador

Prof^a Ana Maria da Silva – Membro Examinador

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS:

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano do Município;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

FEMURN – Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e desenvolvimento

RESUMO

O município de Serrinha foi criado pela lei nº 2.942, em 2 de outubro de 1963 e está encravado nos sopés da serra que originou o seu nome, na mesorregião do Agreste Potiguar. A pesquisa foi desenvolvida com vistas à elaboração do diagnóstico socioeconômico do município de Serrinha-RN que permitiu analisar os principais problemas sociais, econômicos e ambientais do município de Serrinha-RN e identificar as demandas e necessidades que garantam melhoria na condição de vida da população do município de Serrinha-RN. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e documental. A pesquisa bibliográfica investigou as características formais e estatísticas do município e publicadas pelo IBGE e IDEMA-RN. A pesquisa confirma que o município de Serrinha é predominantemente rural, cuja população estimada em 7.509 habitantes, com 70% residente na zona rural. Trata-se de um município, cuja renda depende prioritariamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o qual representa cerca de 90% da receita total do município. Os demais recursos são oriundos do ICMS repassado pelo governo do estado; cobrança de ISS, IPTU e Inter-vivos; bem como do repasse dos *royalties* da exploração de petróleo em terra potiguar e oriundos da Petrobrás. A despesa municipal é constituída de gastos com custeio e capital. A despesa de custeio do município é decorrente do pagamento de salários e encargos da folha decorrente do quadro de pessoal efetivo além dos contratados. Inclui-se ainda na programação de despesa, os gastos com material de consumo e serviços de terceiros necessários à manutenção e funcionamento das entidades e serviços prestados pelos diversos órgãos que compõem a máquina administrativa municipal. Deve-se ressaltar ainda o fluxo de despesas de manutenção e conservação de equipamentos e instalações físicas e operacionais dos diversos setores e serviços da edilidade municipal. Por fim, complementa o compromisso do fluxo operacional os gastos com equipamentos e instalações e que constitui o investimento do município com obras e aquisição de bens físicos. Vale ressaltar o compromisso institucional do município no cumprimento de decisões judiciais com o pagamento de precatórios demandados por direitos adquiridos por pessoas e entidades. Trata-se de um município cujo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,598. Sendo este indicador numérico, obtido através da média aritmética simples de três subíndices, quais estes referem-se as dimensões: Longevidade 0,678 (IDHM – Longevidade), Educação 0,634 (IDHM – Educação) e Renda 0,481 (IDHM – Renda), todos eles verificados de acordo com o último senso realizado pelo IBGE no ano 2000. Os índices citados estão superiores aos que são verificados para a média do Rio Grande do Norte, cujo indicador (IDH – RN) é da ordem de 0,574, ocupando a 21ª posição no ranking dos estados da federação brasileira. A pesquisa confirma a necessidade de repensar as políticas públicas para o município, considerando que o mesmo formula as estratégias, recursos e instrumentos de sua implantação e execução. Conclui-se ainda que, é possível obter-se melhores indicadores de desenvolvimento municipal (IDH-M), cujos resultados são importantes para a melhoria das condições de vida da sua população.

Palavras-chave: Políticas públicas, desenvolvimento municipal, gestão municipal.

ABSTRACT

The municipality of Serrinha was created by law in 1942, on October 2, 1963, and is stuck in the foothills of the mountain that led to his name, in Southern Agreste Potiguar. The study was conducted with a view to developing formulating socioeconomic Diagnostics the municipality of Serrinha-RN which allowed analyse key issues social, economic and environmental aspects of the municipality of Serrinha-RN identifying the needs and demands and to ensure improved living conditions the population of the municipality of Serrinha-RN. The research is characterized as exploratory, descriptive, documentary. The literature has investigated the formal characteristics and statistics of the municipality and published by IBGE and IDEMA-RN. The research confirms that the municipality of Serrinha is predominantly rural with a population of around 7509 inhabitants, with 70% living in rural areas. This is a city whose income is primarily dependent on the Fund of the Municipalities (FPM), which represents about 90% of total revenue of the municipality. The other resources come from the ICMS passed by the state government, charging service tax, property tax and Inter-living, and the transfer of royalties from oil exploration on land coming from Rio Grande do Norte and Petrobras. The municipal expenditure consists of expenditure on current and capital. The cost of funding the council is due to the payment of salaries and expenses of the sheet resulting from effective staff than those hired. It is also included in the planning of expenditure, spending on consumables and services of third parties for the maintenance and operation of organizations and services provided by various agencies that make up the administrative machinery hall. It should be emphasized the flow of maintenance and conservation of equipment and physical facilities and operating in different sectors of the city council and municipal services. Finally, complements the commitment of the operational flow spending on equipment and facilities and in which the investment of the city with works and purchase of physical goods. Please note the institutional commitment of the municipality in compliance with judicial decisions with the payment of writ demanded by rights acquired by individuals and entities. This is a city whose HDI (Human Development Index Municipal) is 0.598. This being the digital display, obtained by the simple arithmetic average of three sub-indices, which they refer to the dimensions Longevity 0.678 (HDI - longevity), education 0.634 (HDI - Education) and Income 0.481 (HDI - Income), they all checked according to the last census conducted by the IBGE in 2000. The rates quoted are higher than those recorded for the middle Rio Grande do Norte, which indicator (HDI - RN) is of the order of 0.574, ranking 21 th position in the ranking of states of the federation. The research confirms the need to rethink public policies for the municipality, contending that makes the strategies, resources and tools for its implementation and enforcement. It is also concluded is possible to obtain the best indicators of municipal development (HDI), whose findings are important for improving the living conditions of its population.

Keywords: Public policies, municipal development, municipal management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	08
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE	09
1.3 OBJETIVOS	10
1.3.1 Objetivo Geral	10
1.3.2 Objetivos Específicos	10
1.4 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO	12
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.3 FUNÇÕES E OBJETIVOS DO SETOR PÚBLICO	17
2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
3 METODOLOGIA	24
3.1 TIPO DE PESQUISA	24
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	24
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	24
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS	25
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	26
4.1 POPULAÇÃO	26
4.1.1 Dados demográficos	26
4.2 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)	27
4.3 ALFABETIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	28
4.4 INDICADORES DE POBREZA	28
4.5 RENDA DA POPULAÇÃO	29
4.6 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	30
4.7 OFERTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	31
4.8 SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	34
4.9 HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO	36
4.10 RECURSOS ECONÔMICOS	37

4.10.1 Agropecuária, pesca, extração vegetal e silvicultura.....	37
4.10.2 Indústria extrativa e de transformação.....	40
4.10.3 Condição do produtor na exploração agropecuária, segundo o grupo e classe de atividade econômica – 1996.....	40
4.11 COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	41
4.11.1 Serviços Bancários.....	41
4.11.2 Hospedagem.....	41
4.11.3 Limpeza urbana.....	42
4.11.4 Informações complementares.....	42
4.12 INFRA-ESTRUTURA.....	43
4.12.1 Transporte.....	43
4.12.2 Energia elétrica.....	44
4.12.3 Abastecimento de água.....	45
4.12.4 Comunicação.....	46
4.12.5 Segurança pública.....	47
4.12.6 Receita e despesa municipal.....	47
4.12.7 Despesa Realizada (em R\$1,00) – 2003.....	48
4.12.8 Representação política, estrutura administrativa.....	48
4.12.9 Estrutura administrativa – 2003.....	49
4.12.10 Legislação – 2003.....	50
4.13 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS.....	50
4.13.1 Cultura e lazer – 2003.....	50
4.13.2 Principais eventos – 2003.....	51
4.13.3 Pontos turísticos – 2003.....	51
4.14 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE SERRINHA (IDH).....	53
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo descreve uma análise contextual voltada para a formulação de um diagnóstico socioeconômico do município de Serrinha-RN.

A pesquisa constitui ação acadêmica que exige a formulação de diagnóstico estrutural e conjuntural do município referendado e que descreve as diversas realidades atuais, potenciais e históricas da sua população e das comunidades locais.

Com o intuito de formular as características acadêmicas exigidas em estudo de conclusão de curso, os tópicos que se seguem contextualiza a realidade estudada, permitindo a descrição do problema que constitui objeto da pesquisa. A seguir são apresentadas as características principais do município, os objetivos da pesquisa e os elementos que justificam a mesma.

Espera-se que o estudo ora proposto contribua para a formulação de modelo de planejamento e ação municipal voltado para a melhoria das condições socioeconômicas da população pesquisada. Deve-se ressaltar que, sob a ótica de políticas públicas, o diagnóstico socioeconômico, apresenta resultados satisfatórios a níveis de eficiência, eficácia e efetividade social, no que se refere à alocação de recursos, obtenção de metas e respectivos efeitos para a população do município.

1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O município de Serrinha foi criado pela lei nº 2.942, em 2 de outubro de 1963 e está encravado nos sopés da serra que originou o seu nome, na mesorregião do Agreste Potiguar. Trata-se de um município cujo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,598. Sendo este indicador numérico, obtido através da média aritmética simples de três subíndices, quais estes referem-se as dimensões: Longevidade 0,678 (IDHM – Longevidade), Educação 0,634 (IDHM – Educação) e Renda 0,481 (IDHM – Renda), todos eles verificados de acordo com o último censo realizado pelo IBGE no ano 2000. Os índices citados estão superiores aos que são verificados para a média do Rio Grande do Norte, cujo

indicador (IDH – RN) é da ordem de 0,574, ocupando a 21ª posição no ranking dos estados da federação brasileira.

O município de Serrinha, comparado com os demais municípios do Rio Grande do Norte, ocupa uma desconfortável posição em relação aos demais municípios do estado, estando na 137ª posição no ranking dos 167 municípios potiguares. Contudo, pode se observar um fator positivo, pois o município apresentou um crescimento de 33,48%, no período de 1991 a 2000, o que significa uma evolução positiva no período de uma década.

Vários são os fatores que comprometem a qualidade de vida e os índices de desenvolvimento de Serrinha, tais como:

- Nível de renda da população;
- Educação;
- Saúde;
- Habitação;
- Emprego.

Nesse contexto, a pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: ***quais são as condições características sócioeconômicas do município de Serrinha-RN?***

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE

O município de Serrinha é predominantemente rural, cuja população estimada em 7.253 habitantes, com 70% residente na zona rural. Trata-se de um município, cuja renda depende prioritariamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o qual representa cerca de 90% da receita total do município. Os demais recursos são oriundos do ICMS repassado pelo governo do estado; cobrança de ISS, IPTU e Inter-vivos; bem como do repasse dos *royalties* da exploração de petróleo em terras potiguares e oriundos da Petrobrás.

A despesa municipal é constituída de gastos com custeio e capital. A despesa de custeio do município é decorrente do pagamento de salários e encargos da folha decorrente do quadro de pessoal efetivo além dos contratados. Incluem-se ainda na programação de despesa, os gastos com material de consumo e serviços

de terceiros necessários à manutenção e funcionamento das entidades e serviços prestados pelos diversos órgãos que compõem a máquina administrativa municipal.

Deve-se ressaltar ainda o fluxo de despesas de manutenção e conservação de equipamentos e instalações físicas e operacionais dos diversos setores e serviços da edilidade municipal. Por fim, complementa o compromisso do fluxo operacional os gastos com equipamentos e instalações e que constitui o investimento do município com obras e aquisição de bens físicos. Vale ressaltar o compromisso institucional do município no cumprimento de decisões judiciais com o pagamento de precatórios demandados por direitos adquiridos por pessoas e entidades.

O plano de desenvolvimento municipal, proposto no presente estudo, constituir-se-á em planejamento estratégico de médio e longo prazo, o qual ensejará a formulação de programas, projetos e atividades voltados para o desenvolvimento municipal, principalmente no que se refere à sua função pública de garantir as condições ideais de bem-estar social.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Elaborar o diagnóstico socioeconômico do Município de Serrinha-RN.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os principais indicadores sociais, econômicos e ambientais do Município de Serrinha-RN;
- b) Identificar as demandas e necessidades que garantam melhoria na condição de vida da população do Município de Serrinha-RN;
- c) Avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

1.4 JUSTIFICATIVA

O planejamento de políticas públicas de um município sempre, tem como base o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e é através deste indicador referencial que deverá ser estudado os subíndices componentes para a sua formulação (Renda, Educação e Longevidade).

É exatamente na área de atuação social onde deverá se implementar ações estratégicas voltadas para melhoria nos níveis de saúde, educação, emprego e habitação, pois, conseguindo-se melhorar esses índices, certamente, será elevado todo o contexto do indicador referencial para o desenvolvimento municipal (IDH-M), e assim, haverá um deslocamento ascendente na posição do ranking do IDH-M referente aos municípios do RN comparando-se com o atual quadro existente e, tendo como consequência positiva a melhoria da qualidade de vida da população de Serrinha-RN.

Tratando-se de uma proposta que visa contribuir para a melhoria das condições de vida da população do município supra-citado, justifica-se a presente pesquisa, pelo fato da mesma resultar em subsídios para a implementação de política pública do município. Isso porque, com base em seus resultados, poderão ser implementados projetos de intervenção municipal e que deverão contribuir para o desenvolvimento do município em análise.

A importância acadêmica da pesquisa está relacionada à forte relação que a abstração científica exerce na busca de alternativas de planejamento e de ação pública nos municípios. Isso porque, com o presente estudo, a administração do município de Serrinha deverá adotar as propostas e recomendações contidas na presente pesquisa.

A justificativa institucional do presente estudo está diretamente relacionada à identidade da FARN, pois, tratando-se de uma instituição de ensino superior voltada para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, os objetivos e conteúdos estudados estão fortemente relacionados à missão da FARN.

Justifica-se, finalmente, a realização do presente estudo monográfico, considerando que o seu autor é filho natural e atua profissionalmente no município, onde desenvolve ações parlamentares, ocupa funções administrativas na localidade e cujo estudo servirá de base na sua condução política e institucional local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas constituem ações sociais que normalmente buscam o equilíbrio da sociedade. Para tanto, torna-se necessário o conhecimento de literaturas que descrevem e registram propostas que orientam os gestores públicos.

Com o objetivo de fundamentar os temas estudados, o presente capítulo descreve a literatura básica que fundamenta a análise de políticas públicas. O referencial bibliográfico estudado visa o desenvolvimento de conceitos e abordagens que orientem da realidade analisada no município de Serrinha e constante do capítulo 4. Justifica-se o capítulo, porque toda pesquisa deve conter as premissas ou pressupostos teóricos que fundamentará a interpretação dos aspectos estudados (LAKATOS, 2001, p. 110).

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dentro do debate sobre políticas econômicas, o crescimento econômico apresenta-se hoje como uma questão central, por ser este, um ponto importante para se conseguir uma série de feitos positivos para uma sociedade. Haja vista que o aumento do nível de vida e do emprego está ligado a este crescimento. A literatura do tema é amplo e diversificado.

Troster e Mochon (1999, p. 315) consideram que o crescimento econômico é um aspecto de outro processo mais geral: “o desenvolvimento de uma sociedade que provoca, ao longo do tempo, mudanças fundamentais em sua organização e em suas instituições”. Com o estudo do crescimento econômico, somente se pretende analisar uma parte desse desenvolvimento econômico e social, a que a evolução da produção e da riqueza em um país se refere.

Milone (1998, p. 514) define crescimento econômico como “o aumento do produto interno bruto em termos global e *per capita*, ao longo do tempo”.

Kindleberger e Herrick *apud* Milone (1998, p. 514) também definem crescimento econômico como: “um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isto é, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção”.

Troster e Mochon (1999, p. 328) também consideram que: o crescimento econômico pode ser definido por: “um processo sustentado a longo prazo, no qual os níveis de atividade econômica aumentam.

Os autores referendados acima avaliam que “o crescimento econômico refere-se à tendência, a longo prazo, de a produção de um país ser mostrada pela evolução do PIB.” Os autores referendados também afirmam que: “as duas grandezas que podem ser empregadas para medir o crescimento econômico são: a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em termos reais e o PIB real por habitante, ou PIB per capita.

Corroborando com o exposto, Passos e Nogami (1998, p. 454) considera, que: o crescimento econômico pode ocorrer através do aumento contínuo do Produto Nacional Bruto (PNB). Tanto em termos globais, assim como a ótica *per capita*, ao longo do tempo, os autores descrevem que o crescimento econômico é normalmente expresso sob a forma de indicadores do Produto Interno Bruto (PIB).

No que se refere aos fatores condicionantes do crescimento econômico Troster e Morcillo (1999, p. 318), avaliam que apesar de as causas do crescimento econômico e suas características assumirem peculiaridades diferentes em cada país e momento histórico determinado, geralmente, podem-se considerar os seguintes fatores como determinantes básicos do crescimento: “a) A disponibilidade de recursos produtivos; b) a produtividade e c) a atitude da sociedade em relação à poupança”

Sobre a disponibilidade de recursos o autor citado considera que esta aparece como um elemento chave em parte das teorias explicativas sobre o crescimento.

Sobre a produtividade os autores referendados consideram que esta é outro fator que incide de forma notável sobre o crescimento econômico, pois quando o trabalhador médio produz mais por hora trabalhada, ou quando aumenta a produtividade média do trabalho, cresce a produção da economia.

Sobre a atitude da sociedade em relação à poupança os autores em comento consideram que o crescimento de uma economia depende, em boa parte, do investimento, e este, logicamente, está relacionado à poupança pois em toda economia cria-se uma separação entre o consumo presente e o consumo futuro, isto é, poupança. Aquelas economias que decidem sacrificar hoje parte do seu consumo,

para aumentar a acumulação de capital, estão assentando as bases de um maior crescimento no futuro.

Neste sentido, Troster e Mochon (1999, p. 320) consideram que a chave do crescimento de uma economia encontra-se em sua capacidade de poupar mais, isto é, de prescindir de uma maior parte do consumo presente.

De todo o exposto infere-se que:

a) O crescimento econômico é um aspecto de outro processo mais geral. O desenvolvimento de uma sociedade.

b) Por crescimento econômico compreende-se um processo sustentado a longo prazo.

c) Que o crescimento econômico pode ser medido em termos de PIB real ou PIB por habitante.

d) Que a chave do crescimento econômico baseia-se no aumento da produtividade.

e) Que o crescimento econômico pode ser a chave para se alcançar um nível de vida mais elevado e que crescimento econômico é um processo sustentado ao longo do tempo, no qual os níveis de atividade econômica aumentam constantemente.

Definido o que seja crescimento econômico, o tópico seguinte tratará do desenvolvimento econômico como se verá a seguir.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Por desenvolvimento econômico pode-se compreender o processo de enriquecimento dos países, bem como o de seus habitantes.

Passos e Nogami (1998, p. 455) afirmam que: “o desenvolvimento econômico, implica, além de um aumento na qualidade de bens e serviços produzidos por uma economia num determinado período de tempo e em termos *per capita*, em mudanças de caráter qualitativo”.

Troster e Morcillo (1999, p. 320) define desenvolvimento econômico como “o processo de crescimento de uma economia, ao longo do qual se aplicam novas

tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição da riqueza e da renda”

Os autores em referência consideram que os países em via de desenvolvimento caracterizam-se por um conjunto de insuficiências, em comparação com as economias consideradas desenvolvidas. Dado que o desenvolvimento compreende muitos aspectos, o grau de subdesenvolvimento pode ser medido mediante um conjunto de indicadores, por meio dos quais cabe destacar os seguintes.

- Baixa renda por habitante.
- Altos índices de analfabetismo.
- Débil estrutura sanitária.
- Baixa taxa de poupança por habitante.
- Elevado peso relativo da agricultura.
- Elevada taxa de desemprego.
- Fortes diferenças na distribuição interna de renda.
- Elevada taxa de crescimento da população

No mesmo sentido Passos e Nogami (1998, p. 455) também consideram alguns aspectos que são característicos dos chamados países em desenvolvimento:

- baixa renda *per capita*.
- baixo nível de estoque de capital *per capita*.
- altas taxas de natalidade e mortalidade.
- altos índices de analfabetismo e baixos padrões educacionais.
- elevada taxa de desemprego e baixa produtividade de mão-de-obra.
- grandes desigualdades na distribuição de renda.
- alto percentual da população atuando na agricultura.
- alta participação do setor primário no produto nacional.
- baixa taxa de poupança *per capita*.

Do exposto compreende-se que o estudo do desenvolvimento no âmbito econômico e social, se faz presente em vista da forte desconexão existente entre as economias de renda alta, também conhecidas como industrializadas, cujas populações gozam de um elevado nível de bem estar material, e as economias de baixa renda e renda médias, denominadas respectivamente de subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que apresentam acentuados desníveis sociais.

Sobre o desenvolvimento Passos e Nogami (1998, p. 455) afirmam que este:

não é um fenômeno que ocorre de forma isolada. Normalmente existem determinadas pré-condições importantes que desempenham papel fundamental neste processo. A distribuição geográfica das nações, por exemplo, determinará os fatores edáficos (disponibilidade de solos aráveis), as condições climáticas, os recursos hídricos utilizáveis e os recursos naturais disponíveis (depósitos de petróleo e minérios, por exemplo).

Do exposto compreende-se que para que se possa caracterizar um processo de desenvolvimento econômico deve-se observar uma série de fatores como a distribuição geográfica, condições climáticas, recursos naturais entre tantos outros.

Milone (1998, p. 514) acrescenta que para se caracterizar um processo de desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de:

- 1) Crescimento do bem-estar econômico, medido por meio dos indicadores de natureza econômica, como, por exemplo. Produto nacional total, produto nacional *per capita*;
- 2) Diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; e
- 3) Melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Observa-se do exposto o quanto é importante para o desenvolvimento econômico a presença do crescimento e bem-estar econômico, bem como a diminuição dos níveis de pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população.

Sobre o grau de desenvolvimento de uma nação Passos e Nogami (1998, p. 456) ensinam que este é percebido pela análise de certos indicadores, que se relacionam em termos de estrutura. Estes indicadores compreendem três grandes grupos: os vitais, os econômicos e os sociais.

Sobre os grupos vitais os autores referendados consideram;

a) Esperança de vida ao nascer. Este grupo indica o número de anos que um recém-nascido viveria, considerando-se os padrões de mortalidade vigente à época de seu nascimento.

b) Taxa de mortalidade infantil. Representa o número de crianças que morrem antes de completarem um ano de idade, num grupo de mil nascidos vivos, em determinado período de tempo;

c) Estrutura etária da população. Este grupo mostra a proporção da população total entre as idades de 15 a 64 anos.

d) Taxa média anual de crescimento populacional, que deverá ser calculada pelo método exponencial entre os extremos de um determinado período de tempo.

Sobre os grupos econômicos os mesmos autores consideram:

a) Grupos estruturais ou de infra-estrutura. Estes relacionam-se ao conjunto de elementos que formam a base econômica da sociedade;

b) Disponibilidade de bens e serviços. Este grupo trata do conjunto de

elementos que permitem o bem-estar da sociedade;

E quanto aos grupos sociais Passos e Nogami (1998, p. 456) consideram:

a) Estrutura social; Tratam da interação entre indivíduos, grupos, classes sociais e o conjunto de normas, valores e padrões de comportamento que regem estas relações;

b) Mobilidade social; Possibilidade ou facilidade dos indivíduos de uma sociedade se movimentarem de uma para outra camada da hierarquia social;

c) Representação no sistema político. Nível de representatividade da população nos poderes executivo, legislativo e judiciário;

d) Participação social. Este grupo trata da forma como a população se articula, de acordo com um conjunto de valores que definem seus padrões de comportamento;

e) Sistema de concentração da propriedade; Este grupo trata da avaliação da proporção de empresas que detêm parte significativa do capital, investimento, vendas, força de trabalho etc.

Infere-se do exposto que o grau de desenvolvimento de um país reflete-se numa série de indicadores: os vitais, os econômicos e os sociais.

Feito estas considerações sobre crescimento e desenvolvimento econômico, para a maior clareza desse trabalho o capítulo seguinte tratará sobre as funções e objetivos do Setor Público.

2.3 FUNÇÕES E OBJETIVOS DO SETOR PÚBLICO

Neste capítulo, pretende-se discutir as atividades do Estado, destacando alguns aspectos da expansão da intervenção estatal mormente aquelas que estão ligadas às funções e objetivos do setor público, haja vista que a intervenção do Estado na economia não é algo recente, é um fato que vem se intensificando muito neste século. Sobre este assunto Troster e Morcillo (1999, p. 212) consideram que os objetivos finais dessa intervenção do estado na economia podem ser: “o progresso econômico e social do país”. Sendo freqüente que a intervenção ocorra em variáveis tais como o nível de emprego e inflação.

Sobre as funções e os objetivos do setor público, Troster e Morcillo (1999, p. 213) afirmam que:

Atualmente, correspondem a entidades vinculadas ao setor público tanto as funções básicas na programação econômica como o papel dominante nas atividades de caráter social. Paralelamente, produziu-se um aumento paulatino dos poderes atribuídos ao setor público para que ele estabeleça normas de caráter econômico.

Do exposto compreende-se que em muitos países, o setor público tem atuado como promotor direto de grandes empresas industriais e se responsabilizado igualmente pela criação de organizações financeiras de grande relevância.

Sobre as principais funções do setor público Troster e Morcillo (1999, p. 214) consideram que estas funções são: “as fiscalizadoras; as reguladoras; as provedoras de bens e serviços; as redistributivas e as estabilizadoras”.

De acordo com os autores em referência sobre as funções estabilizadoras pode-se dizer que estas tem como função estabelecer e cobrar impostos.

No que se refere as funções reguladoras estas tem como função regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas.

Quanto às funções provedoras de bens e serviços os autores referendados ensinam que estas funções mediante as empresas públicas, isto é, as empresas de propriedade do Estado, facilitam o acesso a bens e serviços públicos, como defesa, transporte e educação. Produzem também bens de consumo ou produção (automóveis, água, energia). Assim, o Estado pode pagar pensões e seguros sociais e promover o investimento em setores atrasados.

Quanto às funções redistributivas, estas modificam a distribuição da renda ou da riqueza entre as pessoas, regiões ou grupos, procurando torná-la mais igualitária. Para isso, utiliza por exemplo, leis de salário mínimo e também receitas e gastos públicos.

Quanto as funções estabilizadoras os autores em comento consideram que estas controlam os grandes agregados econômicos, evitando excessivas flutuações e procurando diminuir os efeitos das quedas da atividade produtiva.

Quanto aos objetivos do setor público, os governos, intervindo na economia, perseguem objetivos de caráter geral, tal como o progresso econômico e social do país.

Sobre este aspecto Troster e Morcillo (1999, p. 214) afirmam que: “para conseguir esses objetivos, os governos buscam objetivos econômicos que, se

realizam nos seguintes pontos: maior nível possível de emprego; a estabilidade de preços e o crescimento econômico.

Nos objetivos econômicos está portanto o crescimento econômico que é a chave para se conseguir como se viu anteriormente uma série de efeitos positivos para uma sociedade. O aumento do nível de vida está intimamente ligado ao nível econômico, quando não se controlam seus efeitos sobre o meio ambiente, os danos causados podem ser irreparáveis.

Visto todos estes aspectos é importante para melhor compreensão deste trabalho, estudar o desenvolvimento sustentável, tema do próximo capítulo.

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo “desenvolvimento sustentável” na forma como ficou mundialmente conhecido, de acordo com Allen (*apud* BELLIA, 1996, p.23) foi primeiramente utilizado por Robert Allen, no artigo "How to Save the World". O autor referendado define o termo em epígrafe como: "o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida".

Serafy (2002, p. 196) ensina que a “sustentabilidade tem se tornado uma palavra de ordem em vários fóruns e diferentes contextos, e parece ser uma bandeira sob a qual muitas agências, corporações e instituições multinacionais pretendem já estar operando ou tentando observar”.

O autor em referência também considera que o interesse ou a preocupação com a sustentabilidade progrediu mais a partir do Relatório Brundtland, de 1987 (Nosso futuro comum) realizado em Estocolmo e da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) em 1992. Enfatiza o autor que diversas instituições internacionais têm desde então surgido e divulgam que perseguem o intento popular da sustentabilidade.

Sobre o Relatório Brundtland, Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 260) consideraram que o documento refletiu com clareza a mudança de perspectiva da problemática ambiental em relação aos acontecimentos de Estocolmo. Esse relatório conceitua o termo “desenvolvimento sustentável”, como: “o desenvolvimento que

satisfaz às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”.

Os autores em referência avaliam que essa definição deve ser entendida como um processo de mudança radical em que os recursos da natureza, a gestão dos investimentos, as diretrizes da evolução tecnológica e as mudanças institucionais tornem concreto o pleno atendimento das necessidades do hoje e do amanhã.

Também no Brasil tem-se o relatório da Comissão Interministerial Brasileira para a Conferência do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991 com o título de “O desafio do desenvolvimento sustentável” onde de acordo com essa comissão registra-se que:

O desenvolvimento sustentável seria atingido, pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas. (CIMA, 1991, p. 182).

Do exposto compreende-se que com base no relatório de Estocolmo e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o conceito de desenvolvimento sustentável frutificou na Conferência do Rio de Janeiro, que de certa maneira, conforme ensina Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 263) consagrou seu emprego a partir da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente Sustentável, cujo Princípio nº 1 reza: “os humanos constituem o centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.

Observa-se que esse princípio ratifica e legitima o pensamento do Princípio nº 1 da Conferência de Estocolmo no ano de 1972. Onde reza:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. A esse respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o “apartheid”, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira permanecem condenadas e devem ser eliminadas.

Sendo importante salientar que a Conferência de Estocolmo aludida acima,

considera a necessidade de se estabelecer uma visão global e princípios comuns, que sirvam de inspiração e orientação para guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente.

Outro documento que aqui merece registro é o da Agenda 21, que é um documento elaborado e aprovado na Conferência do Rio de Janeiro e que contém um programa de alcance mundial para estabelecer determinadas diretrizes no processo de crescimento e desenvolvimento social, fundamentados nos princípios da sustentabilidade.

Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 263) ensina que: “por meio da Agenda 21, foi configurada uma política para a mudança global que busca dissolver as contradições entre meio ambiente e o desenvolvimento”.

Os autores em referência também consideram que a Agenda 21 limitou-se a reproduzir um grande número de vezes os termos desenvolvimento sustentável sem a preocupação de maiores aprofundamentos conceituais, dando a entender que continuava em vigor a definição cunhada em “nosso futuro comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente.

Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 264) discorrendo sobre o desenvolvimento sustentável consideram que o conceito definido em 1987 no decorrer do tempo se revelou, de certa maneira, um tanto sintético em relação ao conteúdo, e meio genérico quanto às possibilidades de um correto entendimento. Talvez em decorrência de um possível sintetismo, o alcance de todo o seu significado e as reais intenções de seus autores não tivessem sido explicitados na íntegra.

Os autores referendados acima também consideram que: sintética e genérica de um lado e, de outro repetida à exaustão sem submeter a outras análises mais profundas, a expressão “desenvolvimento sustentável, a exemplo de determinadas expressões, acabou ingressando nas fileiras de um processo de repetição irracional. Virou um discurso com a força de uma retórica oficial sem, todavia, clarear exatamente o que quer dizer, dando margem às mais diversas interpretações, muitas vezes motivadas pelos interesses ou pela ideologia de cada um.

Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 265) também ensinam que:

Passível das mais variadas versões, a expressão “desenvolvimento sustentável tem sido muito criticada por diversos teóricos que estão comprometidos com a defesa da causa ambiental. São críticas que têm

como fundamento a possibilidade de um entendimento pragmático e imediatista que conduz ao risco de se implantar um programa de sustentabilidade do desenvolvimento como um sutil desdobramento de uma política moldada por um sistema capitalista ainda conservador e predatório. Assim sendo, um entendimento que traz subjacente como ditame maior o fator lucro, e não o respeito à natureza e aos recursos naturais, por conseguinte, distante dos reais objetivos da Rio 92 e dos propósitos da Agenda 21.

Infere-se que as considerações feitas acima, dão a entender que o conceito de sustentabilidade necessita de uma exegese tão mais urgente quão mais se afasta da Conferência do Rio de Janeiro.

Considerando as propostas da Agenda 21, sustentabilidade deve ser entendida como um atributo que conforme ensina Sachs (2000, p. 47), acrescenta ao conceito pluridimensional de desenvolvimento a dimensão do meio ambiente ou, de postular desenvolvimento em harmonia com a natureza em vez de crescimento fundamentado na apropriação dos recursos, menosprezando as externalidades negativas constituídas pelos malefícios resultantes da produção de consumo.

Brunacci e Philipi Jr. (2005, p. 276) sobre a questão da sustentabilidade considera curioso que a declaração dos Direitos do Homem documento adotado em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, retrata com fidelidade os postulados atuais da sustentabilidade do desenvolvimento humano, mesmo não tendo declarado explicitamente – como era de se esperar nas condições da realidade ambiental daquela época. Com efeito, ao declarar que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, determina que as liberdades e os direitos específicos na Declaração devem ser garantidas, sem nenhuma discriminação.

Do exposto pode-se dizer que a declaração dos Direitos do Homem é também uma vertente ambiental, considerando-se que naqueles tempos a problemática ambiental, apesar de já existir, não se encontrava no auge da exacerbação e da consciência coletiva. Importante salientar, portanto que já passados mais de 60 anos da declaração citada, é ainda preciso insistir que os seres humanos – e não a economia – constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento. Por causa das contingências ambientais que se seguiram no decorrer desse período, isso hoje significa de acordo com Guimarães (apud Brunacci e Philipi Jr. 2005, p. 277):

Advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempos; politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública. Este novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Pode-se compreender sobre as questões expostas acima que não parece ser a intenção dos autores elencados, desmerecer o conceito de desenvolvimento sustentável formulado na Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento já citado. Contudo, os autores citados consideram que seguindo o léxico gramatical, uma definição mais consistente precisa ser um enunciado que esclareça o sentido exato de um vocábulo ou de uma locução, pela indicação de suas características genéricas e específicas, de seus objetivos, inserindo o vocábulo ou a locução no entendimento de um determinado assunto.

Coimbra (2002, p. 51), a propósito do exposto traz uma nova definição a qual atende aos requisitos do léxico gramatical:

Desenvolvimento é um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento dos seus diferentes valores e potencialidades, em modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico cultural, e com o menor impacto ambiental possível.

Observa-se que na definição de Coimbra explicitado acima, não aparece o adjetivo “sustentável” pois é entende-se que, numa linha de coerência com o conteúdo expresso nessa definição o autor manifeste a convicção de que o autêntico desenvolvimento humano só pode ser concebido como sustentável e, portanto, dispensa qualquer qualificativo, isto porque deve conter em si as características e os objetivos a ele inerentes e que são a sua razão de existir. Isto é, contém em si os meios de erradicar a pobreza, de elevar a receita e de intensificar as oportunidades de emprego, dentro do maior respeito para com o meio ambiente natural ou artificial.

3 METODOLOGIA

A metodologia constitui o processo e método de pesquisa adotado no estudo. Tratando-se de análise acadêmica, o estudo foi desenvolvido mediante a orientação de conteúdo que contribua para a formulação de resultados com isenção pessoal ou de grupos, e que expresse as condições presentes na realidade.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a execução desse trabalho monográfico realizou-se pesquisas: exploratória, descritiva e documental.

No que se refere a pesquisa bibliográfica, esta, investigou os requisitos necessários para a elaboração do diagnóstico socioeconômico do Município de Serrinha-RN. A metodologia, portanto está ligada à pesquisa bibliográfica que de acordo com Lakatos e Marconi (1991, p.25) abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico etc. Podendo-se dizer que esta pesquisa abrangeu todos os meios disponíveis para a sua realização.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Foi realizada uma pesquisa com fundamento nos dados estatístico colhidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE); Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e Prefeitura Município de Serrinha-RN.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O Instrumento de coleta de dados foi realizado através de pesquisa nos órgãos listados no item anterior.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

O tratamento para análise dos dados foi feito através de tabelas e gráficos estatísticos, expondo indicadores analíticos e valores relativos fornecidos pelos órgãos pesquisados.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O presente capítulo apresenta o diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município de Serrinha-RN e identifica as demandas e necessidades que garantam melhoria na condição de vida da população do Município de Serrinha-RN, orientando algumas propostas de políticas públicas do referido Município.

O capítulo foi desenvolvido com base em informações secundárias publicadas pelo IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (www.idema.rn.gov.br) e apresenta a caracterização física e populacional do município, com informações sobre a demografia, saúde, educação, habitação e saneamento básico.

Os recursos econômicos descrevem as condições atuais referentes à agropecuária, pesca e extração vegetal; bem como os dados relacionados às atividades da indústria extrativa e de transformação do município. O diagnóstico econômico do município é formulado com as atividades do setor terciário e refere-se ao comércio e serviços constantes das atividades bancárias e serviços de hospedagem, limpeza urbana e informações complementares. Os aspectos econômicos e infra-estruturais do município são analisados com as ações dos meios de transporte, energia elétrica, abastecimento de água, comunicações e segurança pública.

O capítulo é encerrado com o estudo das finanças municipais, representação política, estrutura administrativa, legislação e informações socioculturais, que tratam da cultura, lazer, principais eventos e pontos turísticos do município de Serrinha-RN.

4.1 POPULAÇÃO

4.1.1 Dados demográficos

As informações estatísticas mostram que o município de Serrinha apresenta um equilíbrio de sua população sob a ótica do gênero das pessoas, visto que o número de homens é idêntico ao número de mulheres, sendo que a maior parte das pessoas (72%) reside na zona rural.

<i>População Total</i>	7.253
<i>Homem</i>	3.793
<i>Mulher</i>	3.460
<i>Urbana</i>	2.022
<i>Rural</i>	5.231
<i>Estimativa da População Total (2004)</i>	7.509

Fonte: Idema-RN

4.2 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Com uma taxa de crescimento populacional de 0,8% ao ano, o perfil demográfico do município de Serrinha apresenta uma População em Idade Ativa (PIA) de 56,5%. É importante ressaltar que a População Economicamente Ativa (PEA) é de apenas 32% da população total, destacando-se as mulheres, que representam apenas 18,9% das mulheres residentes no município. Esse baixo índice da PEA exige a oferta de cursos de qualificação profissional, principalmente para a população jovem do município e feminina.

População Economicamente Ativa (10 anos ou mais de idade)

<i>Homem</i>	1.668
<i>Mulher</i>	655
<i>População em Idade Ativa (15 a 64 anos)</i>	4.103

Fonte: Idema-RN

4.3 ALFABETIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Um aspecto demográfico que chama à atenção é a taxa de alfabetização de 58,6% da população total. Esse ponto sugere que as políticas públicas de educação sejam fortalecidas no município, a fim de reduzir o elevado índice de analfabetos da sua população.

Outro indicador que motiva a formulação de políticas públicas constante do plano de desenvolvimento sustentável relaciona-se à elevada taxa de urbanização, que é de 27,88%. Esse índice mostra que o processo migratório campo-cidade é elevado, muito superior à taxa de crescimento demográfico municipal e resultante do elevado êxodo rural. Com o intuito de evitar o desordenado crescimento urbano e o elevado desemprego na cidade, recomenda-se a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida no campo, o que permitirá a ocupação da mão-de-obra rural e que deverá contribuir para a fixação do homem no campo.

<i>Taxa de Crescimento ⁽¹⁾</i>	<i>0,80</i>
<i>Taxa de Alfabetização</i>	<i>58,60</i>
<i>Taxa de Urbanização</i>	<i>27,88</i>

Fonte: Idema-RN

4.4 INDICADORES DE POBREZA

A pobreza da população constitui um dos mais sérios indicadores de políticas públicas, considerando que a baixa renda limita as condições de vida da população e torna as pessoas excluídas das condições materiais, em termos dos bens e serviços necessários ao atendimento das necessidades pessoais das pessoas e que garantam a sua dignidade humana.

Conforme demonstram os dados estatísticos, o município de Serrinha é eminentemente rural, com um grande número de pessoas analfabetas, residente na zona rural e em processo migratório para a cidade.

Os indicadores de pobreza publicados pelo IDEMA-RN mostram que 54,06% da população total do município é constituída de pessoas com precárias condições de vida e enquadrada como de indigência; os pobres representam 77,79% da população total.

Esse quadro de pobreza e indigência exige a adoção de políticas públicas voltadas para suprir a oferta de alimentos e serviços básicos, haja vista que tal quadro é decorrente do elevado desemprego e das precárias condições ocupacionais e de geração de renda do município. Esse quadro de pobreza é explicado pela alfabetização e elevado processo migratório, resultante do êxodo rural.

<i>% de Indigentes</i>	54,06
<i>% de Pobres</i>	77,79
<i>Densidade Demográfica</i>	37,87

Fonte: Idema-RN

4.5 RENDA DA POPULAÇÃO

O nível de pobreza e de indigência da população é resultante da renda auferida pelas pessoas, em atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário da economia. A renda, por sua vez, é resultante de fatores econômicos e sociais da região, principalmente da atividade de produção e comercialização de bens e serviços, que são as condições determinantes do emprego, ocupação e geração de renda do município; bem como do nível de escolaridade das pessoas residentes no município.

As estatísticas de renda publicadas pelo IDEMA-RN e com dados do IBGE mostram que 51,71 dos chefes de domicílio de Serrinha têm renda inferior a 1 salário-mínimo; 12,52% dos chefes de domicílio têm renda de até 2 salários-mínimos e apenas 7,07% dessas pessoas auferem uma renda mensal superior a 2 salários-mínimos. Trata-se de um nível de renda médio que mantém as pessoas em precárias condições de vida e que exigem políticas públicas de atendimento às pessoas carentes, considerando que 28,7% das pessoas não têm rendimento.

% Chefe de Domicílio

<i>Ganhando até 1 S. M.</i>	<i>51,71</i>
<i>Ganhando até 2 S. M.</i>	<i>12,52</i>
<i>Ganhando mais de 2 S. M.</i>	<i>7,07</i>
<i>Sem Rendimento</i>	<i>28,70</i>

Fonte: Idema – RN.

4.6 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

A população de Serrinha é relativamente jovem, considerando que 75% das pessoas têm idade inferior a 30 anos, conforme mostram os dados da população por faixa etária. Esse quadro mostra a necessidade de políticas públicas voltadas para a qualificação da população jovem do município, mediante a oferta de cursos profissionalizantes em estabelecimentos e com métodos complementares do ensino básico.

<i>Faixa Etária</i>	<i>Total</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
<i>0 ----- 5</i>	<i>917</i>	<i>496</i>	<i>421</i>
<i>5 ----- 10</i>	<i>848</i>	<i>443</i>	<i>405</i>
<i>10 ----- 15</i>	<i>867</i>	<i>471</i>	<i>396</i>
<i>15 ----- 20</i>	<i>837</i>	<i>460</i>	<i>377</i>
<i>20 ----- 30</i>	<i>1.165</i>	<i>580</i>	<i>585</i>
<i>30 ----- 40</i>	<i>858</i>	<i>467</i>	<i>391</i>
<i>40 ----- 50</i>	<i>539</i>	<i>268</i>	<i>271</i>
<i>50 ----- 60</i>	<i>462</i>	<i>235</i>	<i>227</i>

Fonte: Idema – RN

4.7 OFERTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

a) Estabelecimentos de Saúde Pública e Número de Leitos Disponíveis - 2003

<i>Total</i>	<i>6</i>
<i>Postos de Saúde</i>	<i>4</i>
<i>Centros de Saúde</i>	<i>1</i>
<i>Unidades Mistas</i>	<i>-</i>
<i>Policlínicas / PAM's</i>	<i>-</i>
<i>Hospitais</i>	<i>-</i>
<i>Outros</i>	<i>1</i>
<i>Leitos Disponíveis</i>	<i>-</i>

Fonte: SESAP/SUS

b) Movimento de Vacinas em Menores de 1 Ano - 2004

<i>População Alvo</i>	<i>132</i>
<i>Tipo de Vacina</i>	<i>Cobertura Vacinal</i>
<i>Contra Pólio</i>	<i>120</i>
<i>Tetravalente</i>	<i>134</i>
<i>Anti-sarampo</i>	<i>-</i>
<i>BCG</i>	<i>121</i>
<i>Hepatite B</i>	<i>142</i>

Fonte: SESAP/SUS

c) Incidência de Doenças – 2004

<i>Doenças</i>	<i>Ocorrência</i>
<i>AIDS</i>	-
<i>Dengue</i>	-
<i>Hanseníase</i>	-
<i>Hepatite</i>	-
<i>Meningite</i>	01
<i>Sífilis</i>	-
<i>Tuberculose</i>	-

Fonte: SESAP/SUS

d) Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos de Saúde por profissão e local de residência dos profissionais

<i>Profissão</i>	<i>Local de Residência</i>	
	<i>No Município</i>	<i>Fora do Município</i>
<i>Agente de Saúde</i>	15	-
<i>Ass. Social</i>	-	1
<i>Aux. de Enfermagem</i>	6	6
<i>Bioquímico</i>	-	1
<i>Dentista</i>	-	3
<i>Enfermeiro</i>	1	-
<i>Fisioterapeuta</i>	-	-
<i>Médico</i>	-	3
<i>Nutricionista</i>	-	1
<i>Radiologista</i>	-	-
<i>Outros</i>	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal

4.8 SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

a) Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa - 2003

<i>Dependência Administrativa</i>	
<i>Total</i>	25
<i>Federal</i>	-
<i>Estadual</i>	1
<i>Municipal</i>	24
<i>Particular</i>	-

Fonte: SECD

b) Corpo Docente por Dependência Administrativa - 2003

<i>Dependência</i>	<i>Educação Infantil</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Ensino Médio</i>
<i>Total</i>	32	75	-
<i>Federal</i>	-	-	-
<i>Estadual</i>	-	12	-
<i>Municipal</i>	32	63	-
<i>Particular</i>	-	-	-

Fonte: SECD

c) Matrícula Inicial por Dependência Administrativa -2003

<i>Dependência</i>	<i>Educação Infantil</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Ensino Médio</i>
<i>Total</i>	390	1.707	-
<i>Federal</i>	-	-	-
<i>Estadual</i>	-	415	-
<i>Municipal</i>	390	1.292	-

d) Matrícula Final por Dependência Administrativa - 2002

<i>Dependência</i>	<i>Educação Infantil</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Ensino Médio</i>
<i>Total</i>	445	1.652	-
<i>Federal</i>	-	-	-
<i>Estadual</i>	-	443	-
<i>Municipal</i>	445	1.209	-
<i>Particular</i>	-	-	-

Fonte: SECD

e) Instituições de Ensino Superior por Dependência Administrativa - 2002

<i>Total</i>	-
<i>Federal</i>	-
<i>Estadual</i>	-
<i>Municipal</i>	-
<i>Particular</i>	-

Fonte: UFRN/UERN/FACEX/UnP/FARN/FAL/Faculdade Câmara Cascudo/ESAM

4.9 HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

a) Domicílios - 2000

<i>Total</i>	<i>1.725</i>
<i>Urbano</i>	<i>507</i>
<i>Rural</i>	<i>1.218</i>

Fonte: IBGE

b) Tipo de Abastecimento de Água - 2000

<i>Total</i>	<i>1.725</i>
<i>Rede Geral</i>	<i>445</i>
<i>Poço ou Nascente</i>	<i>68</i>
<i>Outros</i>	<i>1.212</i>

Fonte: IBGE

c) Tipo de Escoamento - 2000

<i>Total</i>	<i>1.725</i>
<i>Rede Geral</i>	<i>8</i>
<i>Fossa</i>	<i>1.291</i>
<i>Vala</i>	<i>17</i>
<i>Outros ⁽¹⁾</i>	<i>409</i>

Fonte: IBGE

Nota: (1) Não tinham banheiros e nem sanitários

4.10 RECURSOS ECONÔMICOS

4.10.1 Agropecuária, pesca, extração vegetal e silvicultura

a) Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas - 2003

<i>Produto</i>	<i>Área Colhida (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (t)</i>
<i>Feijão</i>	<i>400</i>	<i>208</i>
<i>Mandioca</i>	<i>1.945</i>	<i>23.340</i>
<i>Milho</i>	<i>440</i>	<i>286</i>
<i>Banana</i>	<i>5</i>	<i>95</i>
<i>Castanha de Caju</i>	<i>170</i>	<i>71</i>
<i>Coco-da-baía ⁽¹⁾</i>	<i>20</i>	<i>62</i>
<i>Laranja</i>	<i>4</i>	<i>24</i>
<i>Manga</i>	<i>9</i>	<i>58</i>

b) Efetivo de Rebanho 2003

<i>Bovinos</i>	<i>7.500</i>
<i>Suínos</i>	<i>1.865</i>
<i>Eqüinos</i>	<i>530</i>
<i>Asininos</i>	<i>200</i>
<i>Muares</i>	<i>200</i>
<i>Ovinos</i>	<i>1.462</i>
<i>Caprinos</i>	<i>1.200</i>
<i>Coelhos</i>	<i>-</i>

Fonte: IBGE

c) Produtos de Origem Animal - 2003

<i>Produto</i>	<i>Produção</i>
<i>Leite (1.000 l)</i>	<i>1.882</i>
<i>Ovos de Galinha (1.000 dz)</i>	<i>107</i>
<i>Mel de Abelha (kg)</i>	<i>-</i>

Fonte: IBGE

d) Produção de Pescado (t) - 2003

<i>Total</i>	<i>-</i>
<i>Peixe</i>	<i>-</i>
<i>Lagosta</i>	<i>-</i>
<i>Camarão</i>	<i>-</i>
<i>Caranguejo</i>	<i>-</i>
<i>Outros</i>	<i>-</i>

Fonte: IBAMA

e) Principais Produtos das Espécies Florestais Nativas - 2003

<i>Produto</i>	<i>Quantidade Produzida (t)</i>
<i>Angico - casca</i>	-
<i>Carnaúba - cera</i>	-
<i>Carnaúba - fibra</i>	-
<i>Carnaúba - pó</i>	-
<i>Castanha de caju</i>	-
<i>Mangaba - fruto</i>	-
<i>Oiticica - semente</i>	-
<i>Umbu - fruto</i>	-

Fonte: IBGE

f) Produção de Carvão Vegetal, Lenha e Madeira em Tora das Espécies Florestais Nativas -2003

<i>Produto</i>	<i>Quantidade Produzida</i>
<i>Lenha (m³)</i>	2.500
<i>Carvão Vegetal (t)</i>	13
<i>Madeira em Tora (m³)</i>	-

Fonte: IBGE

4.10.2 Indústria extrativa e de transformação

a) Estabelecimentos e Pessoal Ocupado na Indústria - 2003

<i>Estabelecimentos</i>	-
<i>Pessoal Ocupado</i>	-

Fonte: Prefeitura Municipal

b) Poços Perfurados e Poços Produtores de Petróleo - 2003

<i>Perfurados</i>	<i>Produtores</i>
-	-

Fonte: PETROBRAS

c) Produção de Óleo ou Petróleo Líquido e Gás Natural em Terra - 2001

<i>Produção (1.000 m³)</i>	
<i>Óleo ou Petróleo Líquido</i>	-
<i>Gás Natural</i>	-

Fonte: PETROBRAS

4.10.3 Condição do Produtor na Exploração Agropecuária, segundo o Grupo e Classe de Atividade Econômica - 1996

	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Área (ha)</i>
<i>Proprietário</i>	545	8.013
<i>Arrendatário</i>	265	659
<i>Parceiro</i>	69	184
<i>Ocupante</i>	300	548

Fonte: IBGE

Nota:

4.11 COMÉRCIO E SERVIÇOS

4.11.1 Serviços bancários

a) Estabelecimentos Bancários, Públicos e Privados - 2003

<i>Públicos</i>	<i>Privados</i>
-	1

Fonte: Sindicato dos Bancários

b) Estabelecimentos e Pessoal Ocupado no Comércio Atacadista e Varejista - 2003

	<i>Atacadista</i>	<i>Varejista</i>
<i>Estabelecimentos</i>	-	10
<i>Pessoal Ocupado</i>	-	30

Fonte: Prefeitura Municipal

4.11.2 Hospedagem

a) Estabelecimentos, Aposentos e Leitos por Especificações - 2003

<i>Especificação</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Aposentos</i>	<i>Leitos</i>
<i>Hotéis</i>	-	-	-
<i>Pousadas</i>	-	-	-
<i>Pensões</i>	-	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal

Nota:

4.11.3 Limpeza urbana

a) Periodicidade da Coleta, Tipo de Coleta, Transporte Utilizado e Destino Final do Lixo do Serviço de Limpeza Urbana - 2003

<i>Periodicidade</i>	<i>3 vezes por semana</i>
<i>Tipo de Coleta</i>	
<i>Convencional</i>	<i>Sim</i>
<i>Seletivo</i>	<i>Não</i>
<i>Hospitalar</i>	<i>Não</i>
<i>Transporte Utilizado</i>	<i>Caminhão</i>
<i>Destino Final do Lixo</i>	<i>Aterro Sanitário</i>

Fonte: Prefeitura Municipal

4.11.4 Informações complementares

a) Estabelecimentos de Serviços Públicos – 2003

<i>Estabelecimentos</i>	
<i>Mercados Públicos</i>	<i>1</i>
<i>Feiras Livres</i>	<i>-</i>
<i>Supermercados</i>	<i>4</i>
<i>Shopping</i>	<i>-</i>
<i>Restaurantes</i>	<i>-</i>
<i>Farmácias/Drogarias e/ou Postos de Medicamentos</i>	<i>2</i>
<i>Lavanderias Públicas</i>	<i>-</i>
<i>Cartórios</i>	<i>-</i>
<i>Delegacias de Polícia</i>	<i>1</i>

Fonte: Prefeitura Municipal

Nota:

4.12 INFRA-ESTRUTURA

4.12.1 Transporte

a) Veículos Registrados por Tipo de Veículo - 2003

<i>Total</i>	293
<i>Automóveis</i>	133
<i>Motocicletas</i>	93
<i>Ônibus</i>	03
<i>Caminhonete</i>	01
<i>Caminhão</i>	09
<i>Outros</i>	54

Fonte: DETRAN

b) Veículos Registrados por Tipo de Combustível - 2003

<i>Total</i>	293
<i>Álcool</i>	62
<i>Gasolina</i>	198
<i>Diesel</i>	24
<i>Gás Natural</i>	-
<i>Outros</i>	09

Fonte: DETRAN

c) Serviço de Transporte Coletivo -2003

<i>Urbano</i>	
<i>Número de Empresas</i>	-
<i>Veículo em Operação</i>	-
<i>Rural</i>	
<i>Número de Empresas</i>	-
<i>Veículo em Operação</i>	-

Fonte: Prefeitura Municipal

d) Terminais de Transportes Coletivos - 2003

<i>Estação Rodoviária</i>	-
<i>Estação Ferroviária</i>	-
<i>Aeroporto</i>	-
<i>Campo de Pouso</i>	-
<i>Porto</i>	-

Fonte: Prefeitura Municipal

4.12.2 Energia elétrica

a) Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe - 2003

<i>Classe</i>	<i>Consumo (kw)</i>	<i>N.º de Consumidores</i>
<i>Total</i>	<i>1.780</i>	<i>1.561</i>
<i>Residencial</i>	<i>779</i>	<i>1.316</i>
<i>Comercial</i>	<i>88</i>	<i>46</i>
<i>Industrial</i>	<i>7</i>	<i>3</i>
<i>Rural</i>	<i>528</i>	<i>159</i>
<i>Outros</i>	<i>378</i>	<i>37</i>

Fonte: COSERN

Nota:

4.12.3 Abastecimento de água

a) Volume Faturado e Número de Economias Ativas por Classe -2003

<i>Classe</i>	<i>Vol. Faturado (m³)</i>	<i>N.º de Economias Ativas</i>
<i>Total</i>	<i>127.317</i>	<i>723</i>
<i>Residencial</i>	<i>112.405</i>	<i>698</i>
<i>Comercial</i>	<i>470</i>	<i>5</i>
<i>Industrial</i>	<i>240</i>	<i>1</i>
<i>Outros</i>	<i>14.202</i>	<i>19</i>

Fonte: CAERN

b) Volume Faturado e Número de Economias Ativas por Classe - 2003

<i>Classe</i>	<i>Vol. Faturado (m³)</i>	<i>N.º de Economias Ativas</i>
<i>Total</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Residencial</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Comercial</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Industrial</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Outros</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

Fonte: SAAE

4.12.4 Comunicação

a) Unidades Postais e Telegráficas - 2003

<i>Agências de Correios</i>	<i>1</i>
<i>Postos de Correios</i>	<i>-</i>
<i>Outros</i>	<i>-</i>

Fonte: ECT

b) Telefonia - 2003

<i>Terminais Instalados</i>	<i>195</i>
<i>Terminais em Serviços</i>	<i>163</i>
<i>Celulares</i>	<i>-</i>

Fonte: TELEMAR

c) Emissoras de Rádio, Sinais de Recepção de Televisão e Jornais em Circulação - 2003

<i>Emissoras de Rádio</i>	
<i>AM</i>	<i>-</i>
<i>FM</i>	<i>1</i>
<i>Sinais de Recepção de TV</i>	<i>1</i>
<i>Jornais em Circulação</i>	<i>1</i>

Fonte: Prefeitura Municipal

4.12.5 Segurança pública

a) Pessoal Lotado nos Serviços de Segurança Pública segundo a Instituição - 2003

<i>Instituição</i>	<i>Pessoal Lotado</i>
<i>Polícia Civil</i>	-
<i>Polícia Militar</i>	6
<i>Serviço de Trânsito</i>	-

Fonte: Prefeitura Municipal

4.12.6 Receita e despesa municipal

a) Receita Arrecadada (em R\$1,00) - 2003

<i>Total das Receitas</i>	<i>4.077.102,41</i>
<i>Receitas Correntes</i>	
<i>IPTU</i>	<i>615,00</i>
<i>ISS</i>	<i>16.309,29</i>
<i>FPM</i>	<i>2.052.689,48</i>
<i>IPI</i>	-
<i>Cota-Parte do Petróleo Bruto</i>	-
<i>Participação pela Produção do Petróleo e Gás Natural</i>	-
<i>IPVA</i>	<i>5.043,19</i>
<i>ICMS</i>	<i>374.130,67</i>
<i>Indenização pela Extração do Petróleo e Gás Natural (ROYALTIES)</i>	<i>31.666,50</i>
<i>Outras</i>	<i>1.416.520,54</i>
<i>Total</i>	<i>3.896.974,67</i>
<i>Receitas de Capital</i>	<i>180.127,74</i>

Fonte: TCE

4.12.7 Despesa Realizada (em R\$1,00) - 2003

<i>Total das Despesas</i>	<i>3.890.407,51</i>
<i>Despesas Correntes</i>	<i>3.079.365,37</i>
<i>Despesas de Capital</i>	<i>811.042,14</i>

Fonte: TCE

4.12.8 Representação política, estrutura administrativa

a) Composição Política – 2004

<i>Composição da Câmara: 9 Vereadores</i>

Fonte: TRE

b) Movimento Eleitoral – 2004

<i>Eleitores Aptos</i>	<i>5.535</i>
<i>Votantes</i>	<i>5.039</i>
<i>Abstenção (%)</i>	<i>8,96</i>

Fonte: TRE

4.12.9 Estrutura administrativa - 2003

Gabinete do Prefeito

Gabinete do Vice-Prefeito

Controladoria Geral do Município

*Conselho Municipal de Desenvolvimento
Sustentável*

Secretaria de Gestão Social

Gerência de Saúde

Gerência de Educação, Cultura e Lazer

*Gerência de Ação Comunitária e Formação
Cidadã*

*Secretaria de Administração, Finanças e
Informação*

Gerência de Tributação e Finanças

Gerência de Recursos Humanos

Gerência de Informação e Patrimônio

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

Gerência de Desenvolvimento Urbano

Gerência de Desenvolvimento Rural

Gerência de Desenvolvimento Institucional

Fonte: Prefeitura Municipal

4.12.10 Legislação - 2003

<i>Especificação</i>	<i>Nº da Lei</i>	<i>Data da Publicação</i>
<i>Lei do Orçamento</i>	<i>238</i>	<i>17/12/2002</i>
<i>Lei de Diretrizes</i>	<i>232</i>	<i>21/05/2002</i>
<i>Regime Jurídico Único</i>	<i>126</i>	<i>07/01/1994</i>
<i>Plano Plurianual</i>	<i>237</i>	<i>19/11/2002</i>
<i>Lei do Magistério</i>	<i>186</i>	<i>07/12/1999</i>
<i>Lei de Organização Administrativa</i>	<i>201</i>	<i>29/03/2001</i>

4.13 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

4.13.1 Cultura e lazer - 2003

<i>Cinemas</i>	<i>-</i>
<i>Bibliotecas</i>	<i>1</i>
<i>Teatros</i>	<i>-</i>
<i>Museus</i>	<i>-</i>
<i>Clubes Sociais</i>	<i>-</i>
<i>Centros Culturais</i>	<i>-</i>
<i>Estádios e/ou Campos de Futebol</i>	<i>-</i>
<i>Quadras de Esportes</i>	<i>1</i>
<i>Quadra de Tênis</i>	<i>-</i>

Fonte: Prefeitura Municipal

4.13.2 Principais eventos – 2003

<i>Eventos</i>	<i>Data</i>
<i>Festa do Padroeiro Santo Antônio</i>	<i>13/06</i>
<i>Emancipação Política</i>	<i>02/10</i>

Fonte: Prefeitura Municipal

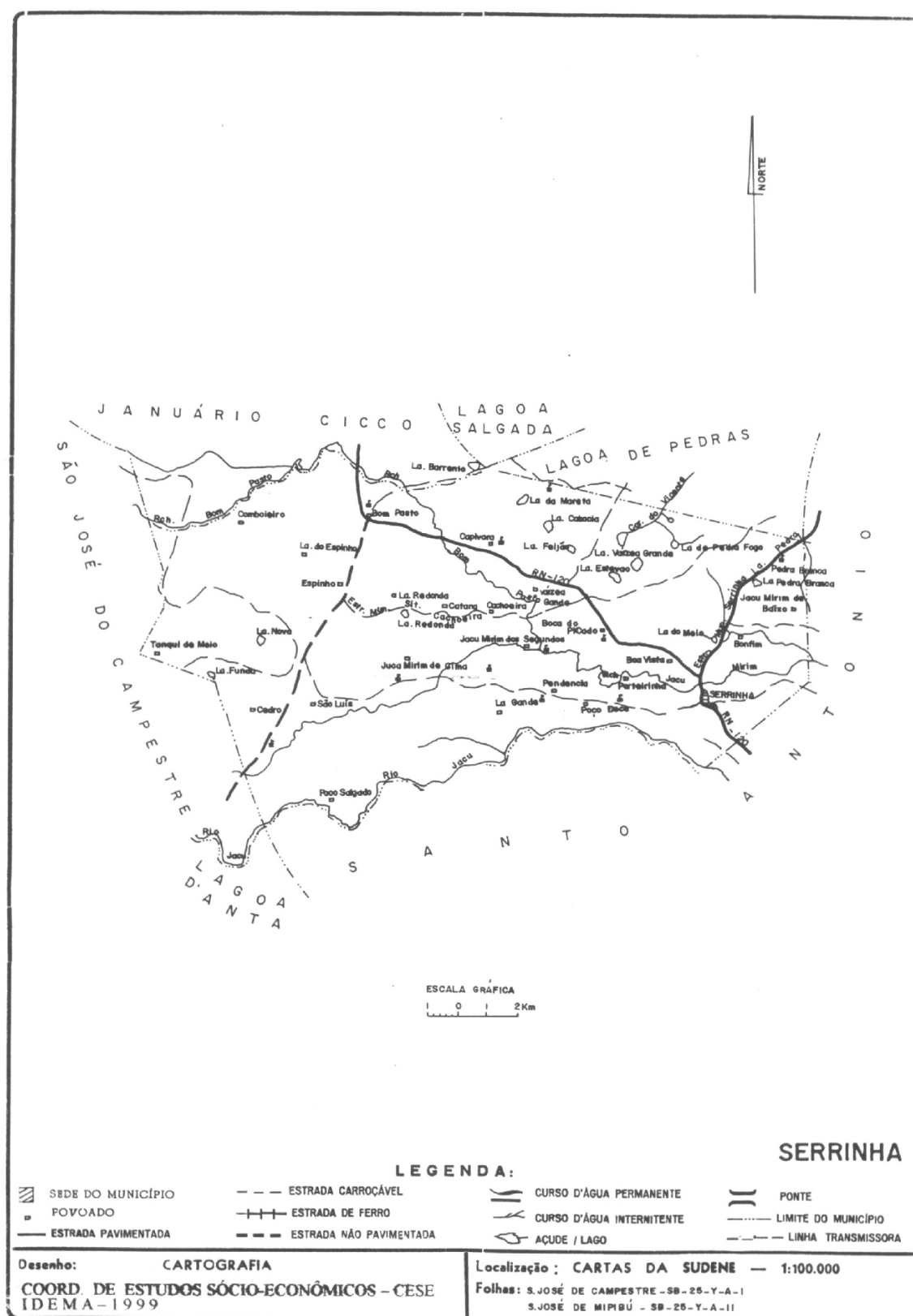
...

4.13.3 – Pontos turísticos – 2003

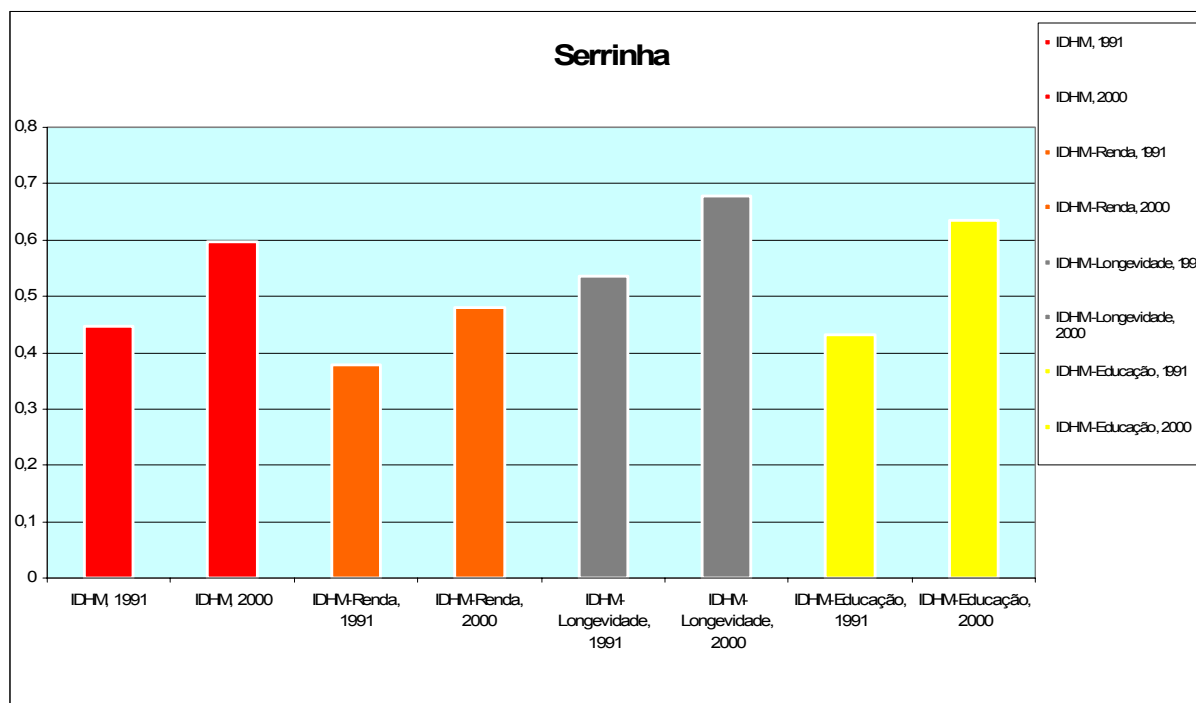
Serra que denomina a cidade (Serrinha)

Fonte: Prefeitura Municipal

Nota:



4.14 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE SERRINHA (IDH)



5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O perfil das condições socioeconômicas, estruturais e ambientais mostra que a população de Serrinha necessita de uma política pública que priorize as condições de vida de seus residentes. As propostas de políticas públicas podem ser devidamente estruturadas em plano de desenvolvimento sustentável, que deve contemplar um conjunto de programas e projetos a serem executados no médio e longo prazos.

Os dados mostram que a População Economicamente Ativa (PEA) é de apenas 32% da população total, destacando-se as mulheres, que representam apenas 18,9% das mulheres residentes no município. Esse baixo índice da PEA exige a oferta de cursos de qualificação profissional, principalmente para a população jovem e do sexo feminino.

Conforme mostra o capítulo anterior, um aspecto demográfico que chama à atenção é a taxa de alfabetização de 58,6% da população total e respectiva taxa de analfabetismo de 41,4%. Esse ponto sugere que as políticas públicas de educação sejam fortalecidas no município, a fim de reduzir o elevado índice de analfabetos da sua população.

Outro indicador que motiva a formulação de políticas públicas constante do plano de desenvolvimento sustentável relaciona-se à elevada taxa de urbanização, que é de 27,88%. Esse índice mostra que o processo migratório campo-cidade é elevado, muito superior à taxa de crescimento demográfico municipal e resultante do elevado êxodo rural. Com o intuito de evitar o desordenado crescimento urbano e o elevado desemprego na cidade, recomenda-se a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida no campo, o que permitirá a ocupação da mão-de-obra rural e que deverá contribuir para a fixação do homem no campo.

O índice de pobreza e de indigência da população supera as médias regionais, considerando que 54,06 das pessoas auferem uma renda média de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo e que corresponde à renda de indigência. Os dados mostram ainda que o índice de pobreza envolve 77,79 da população residente no município.

As estatísticas de renda mostram que 51,71 dos chefes de domicílio de Serrinha têm renda inferior a 1 salário-mínimo; 12,52% dos chefes de domicílio têm renda de até 2 salários-mínimos e apenas 7,07% dessas pessoas auferem uma renda mensal superior a 2 salários-mínimos. Trata-se de um nível de renda médio que mantém as pessoas em precárias condições de vida e que exigem políticas públicas de atendimento às pessoas carentes, considerando que 28,7% das pessoas não têm rendimento.

REFERÊNCIAS

BELLIA, Vitor. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996.

BRUNACCI, Atílio. PHILIPPI Jr, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável in: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri SP: Manole, 2005.

CIMA. **O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Brasília DF; 1991. In PHILIPPI JR. Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri SP: Manole, 2005.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas: Millenium, 2002.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO (Declaração de Estocolmo). Disponível em <http://www.code4557687196.bio.br> acesado em: 12 de out. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MILONE, Paulo Cesar. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In Manual de economia, André Franco Montouro Filho et al. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PASSOS, Carlos Roberto Martins. NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento e direitos humanos**. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2000.

SERAFY, Salah El. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. In CAVALCANTI, Clovis. (Org). **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TROSTER, Roberto Luis. MORCILLO, Francisco Mochón. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron, 1999.